

ANTONIO GRAMSCI E O ESTUDO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO:  
CONSIDERAÇÕES EXPLORATÓRIAS A PARTIR DO DEBATE COM O CONTEXTUALISMO  
LINGUÍSTICO<sup>1</sup>

**Sabrina Miranda Areco<sup>2</sup>**

[sabrinaareco@gmail.com](mailto:sabrinaareco@gmail.com)

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Brasil

## RESUMO

Ainda que não possa ser considerado um “metodólogo” *strictos sensu*, tendo criticado a formulação de um “método tipo” para a análise histórica, Antonio Gramsci propôs questões que são contemporaneamente relevantes para a metodologia da história do pensamento político. É possível estabelecer paralelos entre as formulações do marxista italiano e o debate colocado pelos contextualistas linguísticos da década de 1960, em especial Skinner. Refiro-me ao debate sobre as relações texto e contexto, desenvolvido pelos contextualistas em oposição à escola hermenêutica de análise. Neste artigo, pretendo argumentar que Gramsci aproximou-se destes no que tange à abordagem histórica dos textos políticos e ao conferir atenção ao estudo filológico. No entanto, foi com a formulação da identidade/unidade entre história e política que Gramsci buscou superar a historiografia abstrata, considerando que toda obra do pensamento político é política e sob essa chave também se deveria entender a recepção e uso dos textos nos diferentes contextos em que é lido e interpretado.

*Palavras-chave:* Metodologia - História do Pensamento Político - Antonio Gramsci - Teoria Política

## INTRODUÇÃO

Os textos de pensamento são elaborações discursivas de objetificação da linguagem e, como tal, visam tornar homogênea e consistente a reflexão do campo sobre o qual se escreve. Por meio de

---

1 Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

2 Doutoranda em Ciência Política (IFCH-UNICAMP). Desenvolve pesquisa denominada *Antonio Gramsci e a historiografia: a Revolução Francesa na filosofia da práxis*, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Passos com financiamento da FAPESP.

tais elaborações o autor tem o objetivo de se envolver em um processo de comunicação (e convencimento) com o público-leitor – objetivo ainda mais premente se tratando de um autor de textos políticos. E, tanto textos orientados por um projeto de manutenção das convenções de comunicação já dadas como naqueles redigidos com o prumo de subversão dessas convenções, é preciso partir de dado terreno historicamente construído das palavras e de seus sentidos, isto é, de um contexto linguístico (SILVA, 2010, p. 310). Por isso o estudioso da teoria política em sua tarefa de leitura e interpretação destes textos pode ser conduzido a um campo limítrofe à sua área de especialidade: a linguística. Tais aproximações são profícuas se não ensejarem uma absolutização da linguagem, isto é, a ideia de que conceitos são apenas palavras.

Outrossim, seria preciso também considerar que o pensamento político ou a filosofia de uma época histórica

[...] não é a filosofia de um ou outro filósofo, de um ou outro grupo de intelectuais, de um ou outra parte das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos que culminam em uma determinada direção, em que o seu culminar torna-se norma de ação coletiva, isto é, transforma-se em “história” concreta e completa (integral) (Q 10, § 17, p. 1255)<sup>3</sup>.

O marxista italiano Antonio Gramsci (1891 – 1937) pode iluminar questões suscitadas pelo contextualismo linguístico. Os *Quaderni del carcere* de Antonio Gramsci, redigidos na prisão fascista onde ficou de 1926-1937, apresentam uma aprofundada análise teórica da política entendida em unidade com a história e a filosofia. Ainda assim, é preciso reconhecer que é uma obra inconclusa e com formulações provisórias apesar do subjacente e permanente pressuposto que a animava: o esforço de contribuir para “[...] uma renovada prática teórica e política engajada em projetos de emancipação social” (BIANCHI, 2008, p. 16)<sup>4</sup>. As condições excepcionalmente adversas de sua produção e a existência de um projeto político que faz dos cadernos um estudo engajado são acompanhados de uma prática teórica consistente e sustentada por uma reflexão sobre ciência, conhecimento e práticas de pesquisa. E essa reflexão sobre procedimentos e métodos de pesquisa levou-o a recusa da standardização metodológica: longe de propor um método ideal e infalível para os estudos históricos, considerava que cada investigação deve possuir com seu objeto ou matéria uma unidade de tal forma que ao se desenvolver a investigação ou a ciência se elabora e se desenvolve também o método (Q11, § 15, p. 1404).

---

3 Os excertos de Gramsci aqui citados são extraídos da edição crítica V. Gerratana. As referências no texto identificam o número do caderno (Q.) e do parágrafo (§), seguidos da página.

4 O reconhecimento do caráter inconcluso dos *Quaderni* conduziu a uma renovação dos estudos do pensamento de Gramsci, com atenção a sua temporalidade própria e ao movimento das ideias. Entre outros, consultar BARATTA (2004), BIANCHI (2008) e FRANCONI (1984).

Este artigo procura assim explorar as contribuições de Gramsci para esse debate que é não apenas metodológico, mas também epistemológico. Para isso, busca dialogar com a metodologia contextualista proposta por Quentin Skinner. Ainda que o mesmo tenha reformulado vários pontos de sua proposta inicial, retoma-se aqui a formulação original exposta em *Meaning and understanding in the history of ideas* e publicada em 1969<sup>5</sup>. Isso porque entende-se que nesta publicação as proposições do autor são expostas em sua forma mais polêmica.

O debate com a proposta skinneriana será desenvolvido neste artigo através de questões centrais suscitadas pela leitura de Gramsci, não se pretendendo no entanto chegar a uma resposta conclusiva. São elas: 1) pode-se efetivamente falar na ausência de ideias perenes no pensamento político? Ou ainda: o que são ideias perenes? Essas questões conduzem para outra, também reputada essencial: como as ideias filosóficas nascem? Uma outra ordem de perguntas refere-se à forma de abordagem da língua. Como um antigo estudioso de linguística, Gramsci empreitou no cárcere uma curta – mas profunda – análise das chamadas “questões de língua e linguagem”. Fortemente amparada por uma abordagem desse tema em âmbito histórico-nacional, quer dizer, vinculada à análise da história da cultura e dos grupos e classes da Península no processo de constituição da língua unitária naquele país, Gramsci sugere que as cisões e fragmentações de uma sociedade de classe deixam marcas na língua falada e também escrita. Portanto, 2) como entender as convenções linguísticas de um determinado tempo-espço, considerando-se as cisões existentes entre os grupos e as classes sociais?

## I

Colocando-se em franca controvérsia em relação às formas predominantes que eram conduzidos os estudos de teoria política, Skinner propôs no final dos anos de 1960<sup>6</sup> uma superação do que chamou de duas ortodoxias: a textualista, que tinha como pressuposto a autonomia dos textos e se restringia a sua exegese; e a contextualista, que considerava que o contexto social, político, econômico determinava o significado de um dado texto (SKINNER, 1988, p. 30). Na segunda ortodoxia inseria o marxismo. De forma geral, os limites dessas abordagens para Skinner repousavam fundamentalmente no anacronismo. O anacronismo encetava a leitura das obras como sistemas filosóficos fechados (daí a predominância da filosofia política neste campo de estudos),

---

5 Artigos de Skinner, parte das críticas e as réplicas do primeiro foram reunidos em *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics* (1988).

6 O texto introdutório do debate proposto por Skinner foi *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969) foi publicado originalmente em *History and Theory* (8).

quer dizer, a leitura mediada por meio um esforço do estudioso em identificar a existência de tal sistema, de modo que o passado (contexto de *redação* do texto e a intenção do *autor* ao fazê-lo) ficava subjugado pelo presente (contexto de *interpretação* do texto e as ideias e crença do *intérprete* na identificação do sistema). Em relação ao contextualismo dos marxistas, argumentou Skinner que a ênfase ao contexto recai em uma leitura determinista na qual se busca a relação causal entre pensamento e estrutura, o que seria fundamentado pelo pressuposto de que o pensamento político não tem autonomia em relação à estrutura e, portanto, pode ser entendido apenas como epifenômeno (SKINNER, 1988, p. 59). O anacronismo seria o *erro de partida* das escolas do pensamento político então em voga e que, por isso, resultavam não em construções propriamente históricas e sim em mitologias<sup>7</sup>.

Para a superação do anacronismo seria necessário que o estudioso do pensamento político abordasse as obras tentando apreender as intenções do autor ao escrevê-las, o que poderia ser feito por meio da reconstrução do contexto linguístico. O debate sobre linguística nas formulações de Skinner são tributárias da filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein. A afirmação de que *palavras também são atos* (Wittgenstein *apud* SILVA, 2010, p. 307), é tomada por Skinner e desenvolvida em chave historicista, isto é, o significado dos atos linguísticos depende de seu uso em determinados jogos de linguagem. Buscar a intenção do autor ao escrever um texto seria a forma mais apropriada de se aproximar intenção e significado. E a intenção do autor não é acessada por uma emersão na subjetividade do mesmo e sim naquilo que é mais objetivo e mesmo mais tangível: os padrões de comunicação socialmente estabelecidos no momento em que escrevia. Se todo escrito visa estabelecer uma comunicação com o público-leitor, então é a partir das convenções linguísticas que se pode chegar às intenções do autor (SILVA, 2010, p. 309).

No final da década de 1980, Skinner dedicou-se a enfrentar os críticos de sua proposta contextualista. Dentre estes, encontra-se o Femia, que mobilizou Gramsci para enfrentar alguns pontos da proposta metodológica de Skinner<sup>8</sup>. Para isso, remonta à tradição historicista - de Vico

7 De forma sintética, pode-se definir as quatro mitologias delineadas por Skinner conforme se segue: 1) *mitologia da doutrina*: esforço do historiador em construir um sistema ou doutrina fechada, mesmo que ausente no autor clássico estudado; 2) *mitologia da coerência*: em nome de uma pressuposta coerência no pensamento de um autor, o historiador recusa suas contradições (ou as assume como erro) e as mudanças que ocorrem em um trajetória intelectual; 3) *mitologia da prolepse*: atribui-se às formulações do passado o significado do presente, de modo que aquilo que o autor clássico formulou faria sentido apenas no presente do historiador; 4) *mitologia do paroquialismo*: tomar culturas e tempos diferentes a partir de sua própria cultura e contexto (SKINNER, 1988, p. 32-49).

8 O artigo de Femia - *An historicist critique of "revisionist" methods for studying the history of ideas* - foi publicado em 1981, também na revista *History and Theory* (20). O autor publicava no mesmo ano seu livro *Gramsci's political thought – hegemony, consciousness and revolutionary process* (FEMIA, 1981). Em oposição aos que chama de revisionismo da história intelectual - em especial, Skinner e Dunn -, Femia afirmou que em sua abordagem do pensamento gramsciano buscou uma coerência interna a despeito das digressões e oscilações, separando "o joio do trigo" e assim construindo um padrão artificial e dando ao texto um nível de organização muito maior do que ele efetivamente possui (FEMIA, 1981, p. 14). Tal abordagem permitiu que ele situasse as contribuições do marxista para além de sua relevância mais estritamente nacional italiana e também colocá-las

aos filósofos alemães, até Marx e o próprio Gramsci - demonstrando que a problemática levantada por Skinner compartilha em linhas gerais os pressupostos de que: 1) homens transformam a si mesmos por meio de seu esforço em entender o mundo e adaptá-lo a suas necessidades, de modo que não há então natureza humana fixa e imutável, comum a todos os homens em todos os tempos; 2) os valores morais e critérios como verdade não são universais e fixos, são sempre produtos de uma determinada época e coletividade; 3) o filósofo utiliza os símbolos e a linguagem disponíveis em seu tempo para tratar de questões particulares de sua época; 4) formas de experiência humana (trabalho, artes ou filosofia) devem ser entendidas em relação à escala de valores do seu tempo específico (FEMIA, 1988, p. 158-159).

O principal substrato que o historicismo forneceria a Skinner seria, então, a crítica a existência de ideias perenes ou verdades universais. Os autores clássicos estariam sempre escrevendo em uma situação particular, mobilizando seus argumentos com propósitos específicos e recorrendo às convenções linguísticas que permitem que o mesmo alcance determinada audiência. Os autores clássicos não falam para nós e, assim, não poderiam iluminar questões políticas e a realidade social do presente. Para Femia (1988, p. 159), reside aí uma formulação de que as ideias do passado tem interesse apenas como fenômeno histórico, fechados em seu contexto e por isso, no limite, é possível pensar a história do pensamento político apenas como uma sucessão de eventos sem conexão entre si. A crítica ao *relativismo* desta abordagem é acompanhada da acusação de um tipo de *determinismo linguístico*: é a existência de uma convenção linguística - isto é, o conjunto de conceitos e símbolos compartilhado entre o escritor e sua audiência - que fecha a relevância do autor em seu determinado contexto, *ainda que haja permanência do mundo da produção e na realidade social*. Essas continuidades nas questões da política são derivadas do fato de que o pensamento político lida com lutas não dissolvidas ou resolvidas pelo poder e entre classes<sup>9</sup>.

## II

A questão fundamental seria, portanto, entender como nascem e porque permanecem determinados problemas da filosofia. No caderno 10 (*La filosofia di Benedetto Croce*), mais particularmente no § 31 que se propõe a abordar a crítica croceana à filosofia da práxis<sup>10</sup>, Gramsci

---

como “continuidade” de grandes questões da política (questões perenes), como a natureza do poder e os seus métodos de enfrentamento. E as respostas dadas para tais questões têm ressonância no presente – sendo, portanto, seu interesse pelo pensamento gramsciano muito distante de um antiquarismo (FEMIA, 1981, p. 20). A discussão de cunho metodológico mais aprofundada está presente, no entanto, no artigo citado que trataremos a seguir.

<sup>9</sup> Uma formulação nessa direção é proposta também por Wood (1978).

<sup>10</sup> Escrito entre 1932-1935.

tratou da historicidade das formulações filosóficas através de um deslocamento do plano puramente teórico ou abstrato (desenvolvimento da ideia) para o plano prático da “[...] história real das mudanças das relações sociais, das quais então (e depois, em última análise, da economia) surgem (ou são apresentadas) os problemas que os filósofos se propõem a elaborar” (Q 10, § 31, p. 1271).

Há na formulação gramsciana a consideração sobre o caráter histórico da filosofia, mas de toda filosofia e inclusive da própria filosofia da práxis. E ela se modifica conforme o desenvolvimento histórico coloca novas questões. A relação entre o desenvolvimento histórico e as formulações filosóficas não é contingencial: é orgânica, de forma que é também a aderência de uma construção teórica à vida social que comprova sua historicidade. Ela é histórica quando “se difunde, se torna concepção de realidade de uma massa social” (Q 10, § 31, p. 1272). Assim, a filosofia e o senso comum têm entre eles uma diferença que é de grau de sistematização ou de nível de abstração. Sendo que filosofia é história, então ao se fazer história se faz ainda que implicitamente filosofia. Retomando a diferença de nível de formulação da filosofia: esse fazer implícito significa que ao se agir de forma prática é preciso elaborar soluções. Tais soluções dadas às questões da existência concreta são sistematizadas pelos filósofos especialistas, dando à elas um nível outro de sistematização teórica ou de abstração (Q 10, § 31, p. 1272). Indo além: se toda filosofia é história, toda filosofia é também política, mesmo aquelas que não se reconhecem como tal e embora apenas a filosofia da práxis expresse de forma orgânica os nexos entre teoria e prática, isto é, filosofia + práxis.

Sendo assim, não se pode escrever a história do passado sem um interesse presente, quer dizer, não há uma historiografia desinteressada orientada por uma objetividade absoluta. Ter isso como pressuposto remeteria a uma fragmentação entre sujeito e objeto própria do positivismo. A história do pensamento não é *acessada* como parece pretender Skinner, e sim *construída* por meio da relação sujeito e objeto (FEMIA, 1988, p. 179). A análise da realidade é filtrada por pressupostos teóricos, conjuntos de categorias e hierarquia de valores culturalmente determinados. Voltando com Gramsci: como seria possível tratar da relação de uma série de fatos históricos, senão a partir de pressupostos próprios que conduzem na escolha desses fatos e na articulação dos mesmos? E não é esse pressuposto algo superior a cada fato particular em análise, isto é, algo ligado a um complexo histórico e conectado com um processo integral de desenvolvimento da cultura?

Em Gramsci, a crítica à ideia de objetividade absoluta não conduz, no entanto, a uma negação da existência de uma realidade objetiva. A história não é entendida como ficção ou produto da teoria: “apesar de sua rejeição ao empiricismo, ele era animado pelo espírito da pesquisa empírica; para ele, generalizações e construções teóricas são inúteis se não confrontadas com o mundo real da experiência observada, com os fatos concretos” (FEMIA, 1988, p. 170).

Dessa feita, se se considera que o filósofo faz política, podemos assumir que o historiador do pensamento político também o faz. Sendo que Gramsci partia de determinados pressupostos (a filosofia da práxis), era preciso superar a filosofia abstrata por meio de uma abordagem realista da história. Detendo-se apenas à *filosofia dos filósofos*, afirma Gramsci no § 17 (*Introduzione allo studio della filosofia. Principi e preliminari*), se poderia reconstruir somente a história “[...] das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em cada determinada época e para mudar portanto em conformidade à relativas normas de conduta” (Q 10, § 17, p. 1255). Portanto, ao menos como indicação metódica, é preciso dar “[...] atenção para as outras partes da história da filosofia: isto é, para as concepções de mundo das grandes massas, daqueles mais restritos grupos dirigentes (ou intelectuais) e as ligações entre estes vários complexos culturais e a filosofia dos filósofos” (Q 10, § 17, p. 1255).

Ao trabalho individual de elaboração e a maneira particular como um filósofo desenvolve seu pensamento deve ser dada real importância, ainda que a filosofia seja reconhecida como vinculada a um processo histórico real. Não se perde nem a questão da originalidade da criação intelectual e nem se atribui um caráter de determinação ao processo histórico – o que Skinner acusa ser o procedimento metodológico que se poderia extrair do marxismo. A filosofia precedente apresenta questões que permanecem e se configuram como temas clássicos da reflexão política (como a natureza do poder, os mecanismos de transformações sociais e a organização das classes e grupos sociais), mesmo que respostas ou problemáticas vinculadas a estes problemas possam/devam ser renovadas. O trabalho filosófico não pode, então, ignorar seus predecessores e sim colocar-se em relação com esse aprofundando, polemizando e superando os mesmos (FEMIA, 1988, p. 165):

[...] embora seja verdade que a filosofia não se desenvolve a partir de outra filosofia, mas é uma solução permanente dos problemas que o desenvolvimento histórico propõe, também é verdade que cada filósofo não pode ignorar os filósofos que os precederam e de fato desenvolvem sua filosofia como controvérsia ou desenvolvimento das filosofias anteriores, dos trabalhos individuais concretos de filósofos anteriores (Q 10, § 31, p. 1271).

Esse debate abre frestas para a questão da língua e linguagem no pensamento do marxista italiano e uma seara de novos problemas para a reflexão em curso sobre convenções linguísticas: a existência de cisões linguísticas e intelectuais, que são também distinções entre classes e grupos sociais, e os vínculos entre língua e cultura.

### III

As questões de linguística em Gramsci são abordadas de modo estritamente conectado à análise da sociedade: é a terreno real no qual ocorre a intersecção da sociedade civil e sociedade política, como lugar de socialização e separação de experiências, conhecimento e sociedade. A língua é então uma dimensão das estratificações sociais e culturais que permeiam a sociedade de classes e uma dimensão também onde se exerce a hegemonia (GENSINI, 2010, p. 70).

Em 1935 Gramsci redigiu o Caderno 29, *Note per una introduzione allo studio della grammatica*, composto majoritariamente de notas de primeira versão e que não foram revisadas (B). Escrito por volta de abril, encerra a produção carcerária e coincide com o momento (entre agosto de 1933 e agosto de 1935) em que o marxista dedicava-se à reelaboração de notas já escritas e organização de seus cadernos especiais. Interessante notar que este último caderno é um retorno ao seu campo disciplinar de origem: o marxista iniciou um curso na Faculdade de Letras na Universidade de Turim, não concluído, onde já manifestava interesse pela linguística, com destaque à glotologia e à abordagem neolingüística contra os neogramáticos (LO PIPARO, 2010, p. 19-29), ainda que já influenciado pela leitura marxista, chave por meio da qual interpretava o método dos neo-linguísticas (ROSIELO, 2010, p. 38)<sup>11</sup>.

Nas breves notas do Q 29, a “questão da língua” aparece como parte de uma política cultural nacional e como um aspecto da luta política (Q 29, § 7, p. 2350). No século XIV de Dante, Petrarca e Boccaccio, com o florescimento intelectual da classe em ascensão, ocorreu na Península itálica substituição do latim cristão pelo vulgar o que constitui, para Gramsci, o primeiro momento da tentativa de construção de uma língua nacional<sup>12</sup>. A utilização do vulgar era uma reação dos intelectuais italianos à fragmentação da Península, isto é,

---

11 Dentre os neo-linguista, destaca-se a influência de Bartoli, que foi professor de Gramsci. Uma vez que alterações linguísticas lexicais, morfológicas e fonéticas ocorrerem de modo não simultâneo e nem homogêneo, Bartoli dedicava-se a entender a dinâmica destas alterações recorrendo aos aspectos espaciais e temporais. As mudanças na linguagem seriam então resultantes de um movimento que parte de um centro difusor e é depois irradiada do centro à periferia. Tal movimento depende do elemento tempo, por isso a abordagem é simultaneamente geográfica e cronológica. No campo oposto, os neogramáticos estudavam a língua através da busca pela origem e pelo som, em uma perspectiva se que aproximava de uma arqueologia linguística. O fundamento positivista de tal perspectiva ia ao encontro, ao menos na Itália, de uma abordagem racista que associava fisiologia e fonética. Por exemplo, Pier Gabriele Goidanich, que estabeleceu uma hierarquia entre os povos de acordo com as diferenças na emissão de sons (ORLANDI, 2007, p. 56-57).

12 Dante tem a relevância não apenas artística literária, lembra Gramsci, mas também teórica. *De Vulgari Eloqui*, que fixa as normas para o uso do vulgar em defesa da língua materna, natural. Paradoxalmente foi escrito em latim, entre os anos de 1302 e 1305.



ao colapso e desintegração das classes políticas e econômicas que vinham se formando depois do século XI com as *comuni* e representa a tentativa que, em grande medida pode-se dizer que foi bem bem sucedida, de preservar e até mesmo fortalecer a classe intelectual unificada (Q 29, § 7, p. 2350).

Há aqui portanto uma tentativa de analisar a formação de uma língua unitária vinculada à atuação dos intelectuais<sup>13</sup>. Em meio a fragmentação territorial da Baixa Idade Média, os intelectuais do século XIV tiveram êxito em conformar em um grupo unitário que tornou o vulgar a língua dos eruditos. Este movimento intelectual, que propiciou o desenvolvimento cultural dos grupos intelectuais não apenas italianos mas europeu – e nisso ele foi um movimento progressista de intelectuais; e por outro ele foi “[...] essencialmente reacionário do ponto de vista nacional-popular” (Q 29, § 7, p. 2350). O Renascimento humanista foi um movimento de base frágil, limitado na capacidade de agregar entorno da burguesia os estratos mais ativos da sociedade. Diferente de movimentos como o calvinismo e o racionalismo francês do século XVII, não foi uma reforma intelectual e moral que “envolveu a massa” (Q1, § 46, p. 323).

Se em um momento inicial, a utilização do vulgar era uma reação dos intelectuais à fragmentação da Península e a recusa ao latim uma tentativa de superação ao cosmopolitismo católico – o vulgar como um germe das bases para a construção de uma cultura nacional-popular na Itália; em um momento posterior podia já se constatar como tal construção fez-se frágil. Com a hegemonia de Florença, atribui-se uma particular *nobreza* a um dialeto particular (o florentino) considerado então o vulgar ilustre. Esse cristalizou-se e se tornou uma língua escrita e não falada, de domínio apenas dos cultos. Quer dizer, o dialeto florentino acabou desempenhando a mesma função que tinha no passado o latim dos cultos e mostra como na história da Itália a língua do grupo dominante torna-se sempre a língua escrita (ORLANDI, 2007, p, 68). Daí a acentuada diferença entre a língua escrita e falada (sendo a primeira mais próxima dos intelectuais)<sup>14</sup>.

A longa história do processo de unificação política e de independência estrangeira, com o estabelecimento de um Estado liberal moderno apenas com a proclamação do Reino da Itália (1861), poderia ter seu resultado lido como uma *rivoluzione mancata*: as históricas diferenças econômicas e sociais entre Norte e Sul não somente foram mantidas como reforçadas e a hegemonia Setentrional sobre a porção meridional assumiu uma versão “da relação territorial cidade – campo” (Q19 §24, p. 2021-22) (Sobre o *Risorgimento*, cf. especialmente Q 19) e incidia sobre o presente da Itália: ele haveria imposto um limite à construção de uma cultura nacional popular e, por

13 O nascimento do vulgar reconstituída pelo marxista é orientada pelo artigo de Filippo Ermini, publicado em *Nuova Antologia* em 16 de 1928.

14 Na Itália, mas de forma acentuada também na China. O povo mantém-se na oralidade, porquanto somente a casta religiosa lê os ideogramas que exigem que se decifre a ideia por trás de um sinal gráfico (e não o fonema da letra), sendo que a ideia (ou conceito) depende ainda de um contexto. Quer dizer, é mais complexo, depende de maior arco de conhecimento (Q 5, § 23, p. 557).

consequência, de uma língua nacional. Ainda na década de 1950, grande parte da população não tinha domínio do italiano e o uso de vários dialetos, combinados com a alta taxa de não-alfabetização, eram manifestações claras do processo lento de sua construção.

Na reflexão gramsciana, a aquisição por parte do povo-nação da língua nacional era o que possibilitava ao mesmo o contato com a forma mais contemporânea de expressão oral e escrita. O falante era inserido em uma “comunidade internacional” uma vez que uma língua nacional, como expressão de desenvolvimento cultural e social de um Estado-nação, poderia ser traduzida por outra língua nacional (isto é, duas línguas nacionais têm correspondência recíproca), enquanto um dialeto não seria tradutível. Embora tenham sua relevância comunicativa, em especial na formação do indivíduo, eles são por definição provincianos. A construção, difusão e desenvolvimento da língua nacional *orgânica* dar-se-ia por meio de um processo molecular, que envolveria escolas, jornais, conversações entre indivíduos de diferentes grupos sociais, produções literárias, etc., e que se conhecendo seu movimento e complexidade seria possível uma intervenção racional (Q 29, § 3, p. 2345).

Como destaca Orlandi (2007, p. 57), Gramsci pensa a língua em uma relação viva, dinâmica, com a visão de mundo, isto é, com uma cultura. Uma língua unitária está vinculada à organização da cultura, sob o risco de ser a-histórica ou artificial. Daí a polêmica crítica do marxista em relação ao esperanto. A construção da língua nacional como processo, formado por interações tanto horizontais como verticais com outros idiomas, bem como entre os falantes da língua nacional e de dialetos, não pode ser concebida sem as trocas culturais entre as comunidades de falantes, formadas por intelectuais e povo.

No § 73, do Q 1<sup>15</sup> (p. 81) - depois reescrito no Q 23, § 40, Gramsci observa a diferença entre oralidade e escrita, inserindo em um espaço dedicado à crítica literária. A língua escrita é *fossilizada e pomposa*, pouco aderente à vida cotidiana e mesmo os cultos utilizam dialetos para se expressar verbalmente. Daí que a linguagem escrita sofre vários influxos dos dialetos, tendo tendência a se provincializar, ou ser abstrata. Por outro lado, entre o povo predomina o dialeto. Ainda que existam também abstrações nas formulações populares, na Itália o que predomina é o caráter *livresco* de sua produção cultural escrita, o que poderia ser explicado então através da história da língua e da cultura nacional, por meio do nexos com a formação, organização e desenvolvimentos seus grupos intelectuais.

Em Gramsci, a língua insere-se assim no nexos temático da produção intelectual e das relações cultura alta e cultura popular, cuja fragmentação entre ambas está relacionada com

---

15 Escrito provavelmente entre fevereiro e março de 1929.

a falta de um bloco histórico, de uma cultura nacional-popular, [o que] faz precipitar a cultura alta na abstração [...] e a cultura baixa no folclore, isto é, em um tipo de expressão linguística ou cultural não traduzível em outra língua da mesma época histórica” (ORLANDI, 2007, p. 66)

A fragmentação entre intelectuais e os simples, conduz à uma forma pouco aderente à realidade. No entanto, tal fragmentação não é somente linguística e conduz a uma série de outros problemas: “formação e alargamento da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa popular-nacional, isto é, de reorganização de hegemonia cultural” (Q 29, § 3, p. 2346).

Questões de tal ordem seria “resolvida” apenas

se entre os intelectuais e os simples houvesse a mesma unidade que deveria existir entre teoria e prática; isto é, se os intelectuais fossem organicamente os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. [...] Somente por este contato uma filosofia se torna «histórica», se depura dos elementos intelectualísticos de natureza individual e se faz «vida» (Q 11, § 12, p. 1382).

Essas reflexões de Gramsci sobre a linguística fundamentam-se em dois pressupostos fundamentais: 1) a língua e a linguagem são tratados em uma perspectiva histórica, social e política; e conseqüentemente 2) a língua e a linguagem são marcadas por cisões, que se expressam na diferença entre a) língua falada e língua escrita e b) intelectuais e povo-nação. Esta formulação não se apoia em essencialismo, isto é, pode ser superada posto que historicamente localizada. Sua superação não é, no entanto, apenas resultado de um esforço particular/individual do filósofo e está ligada a uma mudança profunda e ampla ou uma reforma intelectual-moral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

FEMIA, Joseph V. An historicist critique of "revisionist" methods for studying the history of ideas. In: In: TULLY, James. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.

FEMIA, Joseph V. *Gramsci's political thought: Hegemony, Consciousness, and the Revolutionary Process*. New York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1981.

FRANCIONI, Gianni. *L'officina gramsciana*. Ipotesi sulla struttura dei «Quaderni del carcere». Napoli: Bibliopolis, 1984.

GENSINI, Stefano. Linguistics and the political question of language. In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, Language and Translation*. United Kingdom: Lexington Books. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

LO PIPARO, Frano. The Linguistic Roots of Gramsci's Non-Marxism. In: In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, Language and Translation*. United Kingdom: Lexington Books. 2010.

COSTANZA, Orlandi, La riflessione linguistica nei Quaderni del carcere. *Lares* 73.1 (2007), p. 55-87.

ROSIELO, Luigi. Linguistics and Marxism in the thought of Antonio Gramsci. In: In: IVES, Peter. ROCCO. Lacorte (ed.) *Gramsci, Language and Translation*. United Kingdom: Lexington Books. 2010.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*. 2010, vol.53, n.2, pp. 299-335 .

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.

WOOD, Neal. The Social History of Political Theory. *Political Theory* 6.3 (1978): 345-367.